



Rio de Janeiro, 29 de Junho de 2012

Prezados membros do FBMC,

A Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) realizou no dia 15 de junho de 2012, no Auditório do Solar da Imperatriz, Jardim Botânico (Rio de Janeiro), a Mesa Redonda “**Rio+ 20: o Brasil no cenário mundial de mitigação das Mudanças Climáticas**”.

O evento teve por objetivo estabelecer um diálogo de alto nível entre o Governo e a sociedade representada no FBMC, possibilitando conexões pertinentes entre o tema das “Mudanças climáticas” e aqueles que seriam tratados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), gerando, portanto, um ambiente de reflexão sobre as ações brasileiras de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, bem como as de apoio à tomada de decisão no que concerne à posição brasileira a ser assumida nesta Conferência, em temas vinculados ao aquecimento global do planeta.

A Mesa Redonda foi estruturada em dois painéis, sendo o primeiro intitulado “**O Mundo Age e Reage**”, pelo qual foram discutidas ações dos diferentes blocos econômicos e Estados Nacionais, na construção de proposições à Rio+20, com acento na interseção dessa Conferência com as negociações em curso, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Já o segundo painel, “**O Brasil Distinto Diferente**”, procurou situar o Brasil no ambiente global de formulação de posições referentes à Rio+20, destacando os reconhecidos pontos diferenciadores do país em termos de recursos naturais, matriz energética e ações nacionais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Os trabalhos dos dois painéis foram moderados pela o Prof. **Luiz Pinguelli Rosa**, Secretário Executivo do FBMC, contando também com a participação da Sr^a. **Izabella Teixeira**, Ministra de Meio Ambiente (MMA). Participaram como debatedores no Painel 1, o Sr. **José Goldemberg** - professor Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP), e o Sr. **Eduardo Viola** – professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). O Painel 2 contou como debatedores o Sr. **Carlos Nobre** - Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI),



o Sr. **Sérgio Besserman Vianna** - presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro e professor do Departamento de Economia da PUC-RJ, o Sr. **Philipp Hauser** - VP de mercado de carbono da GDF Suez/América Latina e representante do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), e o Sr. **Carlos Augusto Klink** - Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA).

O prof. Luiz Pinguelli Rosa abriu os trabalhos, destacando o papel do FBMC de mobilização da sociedade civil para o tema das mudanças do clima, bem como o envolvimento na coleta de contribuições de diversos setores em outros eventos importantes para a conjuntura nacional, a exemplo dos “Diálogos Setoriais” quando da etapa de consulta pública ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas e, mais recentemente, o convite feito pela Exma Presidenta da República, Sr^a Dilma Vana Rousseff, para que o Fórum coordenasse a etapa de Consulta Pública dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Segundo Pinguelli, os documentos reunidos pelo Fórum foram fundamentais para a formação de uma base sólida de contribuições para a constituição do arcabouço legal do tema e definição de futuras metas voluntárias assumidas em 2009 pelo Brasil perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Neste sentido, ele destacou que o país precisa agora de metas mais ambiciosas e ter a ciência à frente nas políticas de conservação do meio ambiente.

Quanto às discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Pinguelli também destacou que é importante o enfoque científico na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento social, não permitindo que correntes com interesses específicos tomem espaço da ciência neste debate.

Na sequência, a palavra foi facultada à ministra do Meio Ambiente, Sr^a Izabella Teixeira que, concordando com Pinguelli, destacou que há uma crescente preocupação do governo em fortalecer os debates por meio das informações científicas. Na ocasião, em paralelo à etapa a ser cumprida pelo FBMC, a ministra lançou a consulta pública eletrônica dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima da Indústria, da Mineração, da Saúde e de Transporte e Mobilidade Urbana.



Izabella Teixeira anunciou que o MMA, como coordenador executivo da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), realizará consulta pública eletrônica de quatro Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Os documentos integram a PNMC do governo federal e se dividem em projetos para as áreas de indústria, da mineração, da saúde e de transporte e mobilidade urbana. Todos eles serão disponibilizados, entre 15 de junho e 15 de agosto, em meio eletrônico para que os interessados possam oferecer sugestões. Ao longo dos próximos dois meses, as contribuições poderão ser enviadas por meio de formulário disponibilizado no site do MMA. O FBMC, portanto, executará em paralelo a consulta pública presencial por meio de reuniões regionais. As informações sobre os encontros estarão disponíveis na página virtual do Fórum.

A ministra enfatizou que o objetivo dos Planos Setoriais é traçar iniciativas para diminuir os efeitos e prejuízos causados pelas emissões antrópicas de gases de efeito estufa, fomentar o estabelecimento de estratégias de adaptação às alterações climáticas naturais e promover o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Neste sentido, os planos deverão estar alinhados com as metas voluntárias do Brasil, incluindo projeções de emissões de gases de efeito estufa para 2020, potenciais de redução, medidas que deverão ser adotadas e indicadores para avaliar a efetividade das ações. Há ainda meios de regulação e incentivo às ações e indicações de estudos de competitividade.

Ela também destacou que entre junho de 2011 e abril deste ano, os planos foram elaborados em uma ação interministerial composta pelas pastas de Cidades, Transportes, Saúde, Minas e Energia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sob a coordenação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (CIM) e do seu Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx), sendo acompanhado pelo MMA. Indicados pelo FBMC, representantes dos setores produtivos e da sociedade civil também participaram do processo.

A elaboração e execução dos planos devem contribuir para o alcance da meta nacional de redução entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas para 2020. A partir de 2012, a implantação e o monitoramento dos planos serão acompanhados pelos órgãos setoriais competentes, com a coordenação do GEx. A intenção é readequá-los às demandas da sociedade e, de maneira contínua, incorporar novas ações e metas.



O plano setorial da indústria trabalhará, neste ano, os setores de alumínio, cimento, papel e celulose e química e, em 2013, os de ferro e aço, cal e vidro e a incorporação progressiva de outras áreas. O de mineração abrange as atividades de lavra, beneficiamento físico, pelotização e transporte interno.

No plano setorial da saúde, o foco serão ações voltadas para adaptação às mudanças climáticas e, em especial, o fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços relacionados frente aos impactos trazidos por elas. Por fim, o plano de transportes e mobilidade urbana trabalhará com o transporte de cargas e o transporte público de passageiros.

Numa referência ao processo de alteração do Código Florestal, a ministra disse que o Brasil vive uma onda conservadora “absolutamente expressiva” nas questões ambientais e elogiou a iniciativa do evento Cúpula dos Povos que se iniciava, dentro do calendário da Rio+ 20, no Aterro do Flamengo. Ela classificou o trabalho de excepcional do ponto de vista dos debates e questionamentos - “Extraordinário, nunca houve isso, em momento algum no país. Os negociadores só avançam se a sociedade insistir na mudança”, afirmou.

Dentre os debatedores, o professor José Goldemberg (USP) frisou que ainda existe muita resistência aos fatos apresentados pela ciência e esse é um dos grandes entraves nos debates sobre mudanças climáticas. O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Carlos Nobre, alertou que o papel da ciência não está muito claro no documento da Rio+20, o que destacou como ponto perigoso: “ (...) lembro-me das década de 1960 e 1970, quando cientistas já mostravam o mal que o tabaco era capaz de fazer. Interesses econômicos conseguiram remediar o que a ciência alertava. Agora o problema é que, ao adiar as medidas apontadas pela ciência, estamos colocando em risco o próprio planeta”, afirmou.

O professor Eduardo Viola (UnB), destacou que os debates sobre mudanças climáticas enfrentam desafios geopolíticos internacionais que estão principalmente relacionados com o posicionamento sobre o tema de sete países, além da União Europeia: Estados Unidos, Japão, Rússia, Brasil, China, Índia e Coreia do Sul. Ele também chamou a atenção para outro risco, caso o Brasil não tenha uma visão mais ambiciosa na questão da sustentabilidade: “O mundo não é de quem tem mais



recursos naturais, e sim de quem tem mais educação e sabe utilizar esses recursos naturais”.

Sérgio Besserman chamou a atenção para um desafio complexo: o “(...) de não nos contentar com uma imagem do Brasil formada apenas de superficialidades, país tropical, alegre (...) não podemos abandonar isso, mas temos construir um discurso que atenda a demanda que o mundo tem por nós, ou seja, uma mensagem peculiar sobre desenvolvimento sustentável, mantendo inclusive a posição de não ceder aos pragmatismos”. Phillip Hauser discursou sobre a importância do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) quanto ao êxito da Política das Mudanças do Clima no setor elétrico Brasileiro, destacando o impulso de respectivas iniciativas para o crescimento limpo com relação a avanços da política internacional do clima. Referenciando o setor elétrico, ele frisou que o registro de projetos de MDL representa reconhecimento da redução de 23 Milhões de tCO₂ como resultado da PNMC (10% da meta definida pelo Decreto nº 7.390, e que a sinergia entre o MDL e a PNMC oferece grandes avanços em níveis nacional e internacional, pois exemplifica o conceito do “Mecanismo Setorial” e o princípio da cooperação internacional.

Atenciosamente,

Luiz Pinguelli Rosa

Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas